

As instituições importam... mas, e aí?

Mariele Troiano

Os estudos sobre instituições políticas não são recentes. O tema já passou por uma “revolução behaviorista”, deixou de ser “velho” e o “novo” se subdividiu em institucionalismo histórico, sociológico e escolha racional (Hall e Taylor, 2003). Entretanto, os estudos sobre instituições políticas no Brasil tiveram seu processo de consolidação iniciado em meados da década de 1980.

Há duas razões para isso ter acontecido nesse período. A primeira razão é talvez a mais óbvia entre os cientistas políticos, pois está diretamente relacionada ao rearranjo institucional provocado pela Constituição de 1988. Afinal, o processo de redemocratização, embora com pontuais continuidades, configurou uma ruptura institucional em seu sentido pleno.

A segunda razão está relacionada a uma necessidade de responder às análises pessimistas que rondavam a nova engenharia institucional. Análises essas lideradas, em sua maioria, por pesquisadores internacionais que ecoavam incansavelmente que a ideia de um presidencialismo combinado com um sistema multipartidário seria no mínimo ineficiente. A equação apresentada por autores renomados como Linz (1994) e Ames (2001) parecia simples: o eleitorado que elege o presidente não é o mesmo que elege os parlamentares, logo o funcionamento da nova democracia estaria fadada ao seu fracasso. Muitas vezes, esses estudos acabaram negligenciando em suas explicações o poder das coalizões. A partir disso, um conjunto de autores passou a discutir questões de conflito e cooperação entre os poderes até concluírem que o suposto fracasso, que embora tratado como peculiaridade do governo Collor, tem sido na forma como havia sido previsto, inexistente no Brasil. Afinal, a pesquisa dos autores Cheibub, Przeworski e Saeigh (2004) provou que um governo de minorias pode ser tão efetivo quanto um governo de maioria.

Os estudos sobre instituições também auxiliaram diretamente a consolidação da Ciência Política, em uma fase em que os economistas apresentaram interpretações focadas na *rational choice* e os comportamentalistas sobrecarregavam as explicações nas ações e comportamentos dos indivíduos.

Com a solidificação dos estudos de instituições, seja de caráter empírico, teórico ou metodológico, a temática tornou-se presente em todos os canais acadêmicos: ementas de cursos, eventos, revistas, cursos e afins. Conforme pesquisa de Oliveira (2014) que analisa publicações em quatro grandes revistas da área (Dados, Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciências Sociais e Novos Estudos) entre o período de 1966- 2013, é possível afirmar que instituições políticas é o tema presente em 25% do total dos artigos publicados.

Foi com objetivo de dar espaço a esse debate que a Agenda Política preparou seu quinto dossiê temático sobre os estudos das instituições políticas.

A seção **Agenda da Ciência Política no Brasil** dessa edição ganha assinatura do professor Paulo Araújo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O trabalho de fôlego, intitulado como “Processo Legislativo e Emendamento no Senado Brasileiro”, analisa 2.724 projetos que circularam pelo Senado Federal durante o período de 1989-2007 e traz uma conclusão importante: o Senado não apenas confirma decisões da Câmara dos Deputados, as negociações entre atores do Senado ocorrem antes de decisões chegarem a essa Casa.

O dossiê temático intitulado como **Instituições Políticas e Padrões de Interação entre os Poderes Executivo e Legislativo** inicia com o texto das doutorandas Karina Pessine e Luana Pratti da Universidade do Norte Fluminense (UNF). Trata-se de um estudo de caso sobre preponderância do Executivo Estadual sob a Assembleia Legislativa do Espírito Santo. O trabalho intitulado como “Padrão de organização parlamentar e produção legislativa na Assembleia Legislativa do Espírito Santo” aponta também uma imensa agenda de pesquisa para ser aplicada em outras assembleias estaduais.

O segundo artigo é de Edson Correa com um título bastante incisivo “Bolívia: crise do tradicional sistema de partidos e novas pautas de funcionamento do sistema político”. O aluno de mestrado da Universidade Estadual Paulista (Unesp) apresenta fatores institucionais do chamado ‘presidencialismo

parlamentado bolivariano' que desde do processo de redemocratização da Bolívia nos anos de 1980, têm sofrido com a baixa capacidade de representação. Questões sobre mudanças institucionais, argumento central do estudo de Margareth Levi (1991), podem ser levantadas a partir da análise apresentada pelo autor.

O terceiro texto do dossiê é de autoria dos mestrandos Eduardo Barbarela do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/ UERJ) e Marcela Machado da Universidade de Brasília (UnB). O artigo intitulado como "Presidencialismo de coalizão e seu reflexo no Sistema Partidário Brasileiro: o caso da refundação do partido da Frente Liberal (PFL) em Democratas (DEM)", supre espaços na agenda de pesquisa sobre o mencionado partido de direita, apontando para uma atuação de reposicionamento desse no cenário político bem como no espectro ideológico a partir da mudança de sua nomenclatura.

O quarto artigo "Modelos de *lobby* no processo constituinte de 1987-88" é de autoria de Lucas Costa, doutorando da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O texto traz uma tentativa de construção de modelos de atuação de *lobbies* na Assembleia Nacional Constituinte, especificamente, que se referem aos direitos sociais e dos trabalhadores. O autor conclui que o sucesso de uma ação lobista está diretamente relacionado com a capacidade de aglutinar interesses e ideais diferentes em grupos e organizações. O caso da participação do Diap e a figura do seu presidente Ulysses Riedel é bastante ilustrativo no artigo.

Jamila Rainha é mestre pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e assina o quinto artigo do dossiê intitulado como "A participação dos parlamentares na produção legislativa: qualidade normativa e organização interna na Assembleia Legislativa do Espírito Santo". O estudo de caso abrange a análise de quatro legislaturas com base na qualidade normativa, ou seja, na estrutura organizacional legislativa que privilegia o compartilhamento de informação de modo equitativo entre os parlamentares. O resultado encontrado na Assembleia Legislativa do Espírito Santo foi de prerrogativas personalistas com baixo índice de negociação.

O sexto artigo é das doutorandas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ana Luiza Aranha e Helga Almeida. Elas apresentam uma pesquisa sobre a avaliação da atuação dos poderes Legislativo e Judiciário para o processo de

accountability em relação a corrupção. Tema importante também para considerar a atuação das instituições políticas na perspectiva da sociedade.

A seção de **Temas Livres** dessa edição é composta por dois artigos. O primeiro texto é do doutorando da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Felipe Gava e é da área de Pensamento e Teoria Política. A pesquisa intitulada como “Notas sobre Tocqueville: conservadorismo e método” trata de uma análise minuciosa das correntes e vertentes de pensamento presentes nas obras do autor francês Alexis de Tocqueville, concluindo que o autor de “Democracia na América” e de várias outras obras clássicas da Ciência Política estava mais próximo de um conservadorismo moderado que de um pensamento reacionário.

O segundo artigo dessa seção é de Adriana Feliciano, servidora do gabinete da reitoria da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e especialista em Direito. A pesquisa sinaliza a importância da inserção do tema do desenvolvimento sustentável na pauta de propostas da Administração Pública. Além disso, o artigo aponta meios viáveis, do ponto de vista legal, de inserção de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas.

Assim, apresentados os inúmeros enfoques dos estudos sobre as instituições políticas, nota-se que de fato elas não só importam e são importantes para compreender o funcionamento do nosso sistema político como também para sinalizarem possíveis resultados que irão se cristalizar em políticas públicas. Mas, esse é mote para o dossiê que apresentaremos na próxima edição, no final deste ano. Boa leitura a todos!

Referências

AMES, B. (2001). *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor, Michigan University Press.

CHEIBUB, J. A., PRZEWORSKI, A. e SAIEGH, S. (2004). Government Coalition and Legislative Effectiveness under Parliamentarism and Presidentialism. *British Journal of Political Science*, vol. 34.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-223. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 de maio 2015.

LEVI, M. (1991). Uma lógica da mudança institucional. *Dados*, 34 (1): 79-99.

LINZ, J. (1994). Presidential or Parliamentary Democracy: Does it Make a Difference? In: J. J. Linz e A.Valenzuela (eds.). *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America* (vol. 2). Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

OLIVEIRA, L. (2014). *O Estudo de Instituições Políticas na Ciência Política Brasileira: Uma análise da produção acadêmica (1966-2013)*. Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Brasília, 4- 7 de agosto. Disponível em http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403750443_ARQUIVO_Oliveira_ABCP2014.pdf. Acesso em 5 de maio de 2015.